

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

Arquivos sonoros
Realidade proto-emergente em Portugal?

António Manuel Nunes

António Nunes, Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho. Professor de História. Colaborador do CEIS20. E-mail: antonio.m.nunes@netcabo.pt

1. Moldura legislativa

Em França, a Lei de 19 de Maio de 1925 obrigava os editores a depositar livros, fotografias e fonogramas, espécimes alargados às películas cinematográficas pela Lei de 21 de Junho de 1943. A partir de 1938 os registos sonoros franceses passaram a ser depositados na Phonothèque Nationale. Em 1992 o regime do depósito legal francês foi alargado às emissões de rádio e de televisão¹.

Na Colombia, a Ley 44, de 1993, o Decreto 460 del 16 de marzo de 1995, o Decreto 2.150, de 1995, e o Decreto 358, de 2000, obrigam a depositar na Biblioteca Nacional um exemplar de fonogramas editados ou importados e de matrizes audiovisuais².

No Brasil, a Lei n.º 12.192/2010, de 14 de Janeiro, obriga as editoras de fonogramas e vídeos a enviar à Biblioteca Nacional dois exemplares das obras editadas e comercializadas até 30 dias após a data de publicação. Os incumpridores podem incorrer em multas até 10 vezes o preço de capa da obra editada.

Em Portugal, o Ministério da Instrução Pública desenhou o regime do depósito legal através do Decreto n.º 5.618, de 10 de Maio de 1919, que continha o *Regulamento Orgânico da Biblioteca Nacional de Lisboa*. O artigo 89.º e seguintes elencava para depósito público obras impressas, opúsculos, folhetos, periódicos, desenhos, folhas volantes, revistas, obras de música, estampas, mapas, plantas e bilhetes-postais, não referindo fonogramas. O Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março, que actualiza o Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931, dispõe no Capítulo III, artigo 4.º, alínea 2) que o depósito de fonogramas, de videogramas e de películas cinematográficas é obrigatório na Biblioteca Nacional.

A legislação portuguesa é completada pelas disposições relativas ao regime geral da protecção do património. Assim, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, no seu Subtítulo II – Dos bens imateriais, artigo 43.º, alínea e) do n.º 1, referia a necessidade de implementação de políticas de recolha, conservação e fruição do património fotográfico, fílmico e fonográfico. O que se dizia sobre fontes sonoras era meramente residual quando comparado com os patrimónios de ostentação pública associados aos monumentos arquitectónicos e aos sítios arqueológicos. Confundia-se património efectivamente constituído no decurso de projectos de avaliação, estudo, inventariação e salvaguarda com patrimónios constituídos.

Esta impressão consolida-se com a leitura da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural), cujo âmbito e conteúdo demora erudito e elitista. O artigo 84.º é expressamente dedicado ao “património fonográfico”, contradição que

¹ SCHNEIDER, Claire – *Numérisation et traitement numériques des phonogrammes musicaux. Étude comparative et cas du Musée du Quai Branly* [Em linha]. Paris: Conservatoire Nationale des Arts et Métiers, 2005. p. 28-29 [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://memsic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/33/48/89/PDF/mem_0000013.pdf>.

² *Depósito Legal. Normas. 2009-2010* [Em linha]. Colômbia: Biblioteca Nacional de Colômbia. [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.emedo.org/IMG/pdf/depositolegal-2009agosto.pdf>>. Mais informação em SAMBINO, Sambira – *Depósito legal de materiales audiovisuales: la situación iberoamericana* [Em linha]. Uruguay, [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/095-Sambino-es.pdf>>.

parece ter deixado o legislador indiferente. O Estado não pode declarar património já constituído aquilo que não conhece e que ainda não detém na sua esfera. Estaria o legislador a referir-se aos arquivos da RTP (arquivos audiovisuais), aos arquivos da RDP, aos arquivos da Cinemateca Portuguesa ou a eventuais protocolos a celebrar entre o Estado e os detentores de acervos sonoros privados? Estaria o legislador a pensar na institucionalização de um organismo vocacionado para a recolha, custódia, tratamento, comunicação e reedição regular de fontes raras ou esgotadas?

O texto positivado no n.º 1) do artigo 89.º padece de imprecisões quando verbera “integram o património fonográfico as séries de sons fixadas sobre qualquer suporte”, ou se reporta a “interesse cultural relevante”, cujo âmbito não é clarificado satisfatoriamente. Nas demais alíneas, onde predominam critérios elitistas (“notabilidade”, “relevantes”), e centralistas, parece concluir-se que este articulado não terá sido escrito por um técnico suficientemente conhecedor da realidade subjacente aos arquivos sonoros. O n.º 2) sanciona a contradição acima referenciada quando postula “As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei”.

Foram estes textos produzidos numa conjuntura em que a UNESCO pusera a nu as insuficiências e vulnerabilidades do arquivo público sonoro como mero depósito/armazém central-custodial” onde se desenvolvia uma modesta e anónima actividade técnica tributária das práticas de biblioteconomia, arredada de uma visão sistémica do arquivo sonoro como infra-estrutura na comunidade, ao serviço da comunidade e desenhado por representantes da comunidade.

Em paralelo, a UNESCO e alguns centros internacionais de referência vinham a discutir as fronteiras do arquivo sonoro³ em função de realidades emergentes como as recolhas etnomusicológicas⁴, as histórias de vidas, a história oral, o registo geral de um corpus oral assente no estudo das línguas, falares e fonéticas regionais⁵, as paisagens sonoras⁶ e os territórios intangíveis, os audiovisuais, os arquivos radiofónicos, as bases

³ EDMONDSON, Ray – *Filosofia y principios de los archivos audiovisuales* [Em linha]. Paris: UNESCO, 2004. [Consult. 23.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://infolac.ucol.mx/mow/biblioteca/audio_visual/archiving_esp.pdf>. De maior fôlego, interesse e diversidade, AAVV – *Audiovisual archives. A practical reader* [Em linha]. Paris: UNESCO, 1997. [Consult. 25.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.unesco.org/webworld/ramp/html/r9704e/r9704e00.htm>>.

⁴ SEEGER, Anthony; VALLIER, Jonh – *Audiovisual archiving in the 21st century* [Em linha]. In: Syllabus 197/292A. Alberta, 2004. [Consult. 29.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.fwalive.ualberta.ca/mediawiki/images/a/ab/Syllabus_197_292A.pdf>; MENGEL, Maurice – *The chalange of technonoly. Ethnomusicological archives in the past and the present* [Em linha]. In: REF/JEF, I-2. p. 31-48, Bucaresti, 2009. [Consult. 29.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ethnoarc.org/ART04Maurice.pdf>>.

⁵ BAUDE, Olivier [et. al] – *Guide des bonnes pratiques. La constitution, l'exploitation, la conservation et la difusion des corpus oraux* [Em linha]. Paris: Centre National de la Recherche Scientiphique, Mai 2005. [Consult. 19.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.culture.gouv.fr/culture/dglf/Guide_Corpus_Oraux.2005.pdf>.

⁶ MARRA, Pedro Silva – *As paisagens sonoras de Brás. Reapropriações da cultura popular na linguagem musical* [Em linha]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação de mestrado. [Consult. 12.12.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAFI-7TJMZ/1/paisagens_sonoras_do_bras_final.pdf>.

de dados⁷ e a criação de redes digitais de arquivos sonoros⁸, os movimentos migratórios, o colonialismo e a aculturação.

As elites e as universidades portuguesas não acompanharam propriamente este movimento nem marcaram presença nos encontros internacionais de discussão da problemática e enunciação de estratégias vocacionadas para os desafios polarizados pelos arquivos sonoros e audiovisuais.

Os bens fonográficos enquanto património público constituindo preocuparam o legislador que esteve por detrás do primeiro regime geral do património cultural. Contudo os bens fonográficos, primeiramente individualizados na alínea e) do número 1 do artigo 43.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, não chegam a ocupar o mesmo patamar de importância conferido às fotografias, aos filmes, às estações arqueológicas e aos monumentos arquitectónicos. O diploma que lhe sucedeu, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, individualiza diversos tipos de património. No n.º 1 do artigo 89.º cura-se do “património fonográfico”: “integram o património fonográfico as séries de sons fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas em qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante ou preencham pelo menos um dos seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais ou de produções estrangeiras relacionadas com a realidade portuguesa;
- b) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela sua notabilidade;
- c) Representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes.

2 – As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei”.

Conforme atestam as transcrições supra, o articulado é confuso, impreciso⁹, nacionalista, centralista e marcado por incorrecções. Não tendo ocorrido regulamentação ulterior da matéria positivada, ficam por clarificar:

⁷ BONNEMASON, Bénédicte [et. al] – *Guía de análisis documental del sonido inédito. Para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: Archivo General de la Nación de Colombia, Noviembre de 2007. [Consult. 19.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.

⁸ OJEDA-CASTAÑEDA, Gerardo – *Los archivos audiovisuales en las redes digitales de comunicación para la educación y la cultura. Informe de investigación y documentación analítica* [Em linha]. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia, s/d. [Consult. 23.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://tecnologiaedu.us.es/bibliovir/pdf/versionpdf.pdf>>.

⁹ Algumas expressões são fruto de tradução pouco esmerada da legislação francesa, mormente do *Código da Propriedade Literária e Artística*. A ulterior Loi 92-597 du 1er juillet 1992 (*Code de la Propriété Littéraire et Artistique*), define “fonograma” como “toute fixation d’une séquence de son”, lição que nos suscita reserva.

- I. Qual seja o organismo responsável pela definição, implementação e monitorização das políticas públicas em matéria de arquivos sonoros. A ausência de instituição legítima (central-uninucleada, central polinucleada ou descentralizada) significou a inexistência de uma política fono-arquivística pública no século XX;
- II. Qual possa ser o regime geral das incorporações a implementar. Os “espólios conservados nas instituições públicas” como a Universidade de Coimbra, o Museu do Teatro e o Arquivo da RDP são compulsivamente transferidos para um arquivo custodial central? Ou são apenas remasterizados e o Estado fica com as reproduções? Os acervos sonoros de rádios privadas como a Rádio Renascença são nacionalizados ou são avaliados e selectivamente remasterizados? Os arquivos desenvolvidos por particulares no âmbito de campanhas etno-musicológicas, como os de Michel Giacometti (1929-1990), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) e José Alberto Sardinha são nacionalizados, mantidos junto dos seus proprietários ou editados com a comparticipação do Estado? Os arquivos de editoras longamente dedicadas à edição de registos de grupos folclóricos, como a Edisco, sucessora da Rapsódia, são transferidos para o Estado, remasterizados e editados com a comparticipação do Estado ou ficam à margem do projecto? O acervo sonoro do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra é relevante para um projecto de arquivo sonoro nacional? Trechos de bandas sonoras de filmes e de programas televisivos devem ser considerados testemunhos incontornáveis a incluir num arquivo sonoro?¹⁰
- III. Onde começa e acaba o âmbito de um arquivo sonoro? Apenas registos vocais e instrumentais de obras musicais sejam eles comerciais ou amadores? Discursos de políticos e estadistas? Teatro radiofónico? Programas de entretenimento como discos perdidos? Campanhas de recolhas de sons da tradição rural e comunitária? Registos associados a trabalhos etnográficos levados a cabo nas antigas colónias portuguesas?¹¹

Traduzir “séquence” por “serie de sons”, não se afigura pacífico. Na tradição jurídica portuguesa, obra fonográfica, fixação fonográfica e duplicação fonográfica respeitam a actividades de comércio e indústria enquadradas pelos artigos 2.º, 11.º, 21.º, 24.º, 142.º e 145.º do *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos* (Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Maio).

A recepção do conceito de fonograma na legislação portuguesa e brasileira é tributária da alínea b) do artigo 3.º da *Convenção de Roma de 26 de Outubro de 1961 (Convenção Internacional para a protecção dos artistas e intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão)*, que foi sucessivamente vertida na *Convenção de Genebra de 29 de Outubro de 1971 (Convenção para a protecção dos produtores de fonogramas contra reproduções não autorizadas)*, e na alínea a) do artigo 1.º do Decreto n.º 76.906, de 24 de Dezembro de 1975 (Brasil).

¹⁰ Na tradição francesa “sont exclues les bandes son des films cinématographiques, partie intégrante du filme lui-même”, entendimento extensível aos arquivos audiovisuais. Cf. CALAS, Marie-France; FONTAINE, Jean-Marc – *La conservation des documents sonores*. Paris: CNRS Éditions, 1996. p. 9, nota 2.

¹¹ Sem perder de vista a relevância das fontes sonoras comerciais e não comerciais geradas no âmbito das relações políticas, militares, religiosas e culturais entre os países europeus colonizadores e os países descolonizados, aculturação que se prolonga muito para além dos processos de autodeterminação e pode assumir novos contextos marcados pelas migrações culturais e pelos surtos de emigração. Veja-se, a este propósito, o excelente estudo de CIDRA, Rui – *Migração, performance e produção de fonogramas. Músicos*

Entrevistas de actualidades? Testemunhos de vidas, catástrofes, guerras? Registos dos mais variados géneros musicais praticados à escala global? Gravações domésticas de ensaios de grupos musicais? Edição, circulação e consumo de música ligeira de entretenimento de massas e de tunas académicas, que apesar de desconsiderada pelas elites, patenteia elevado grau de acolhimento entre os estudantes do ensino superior, emigrantes e comunidades provinciais?

- IV. O que são fonogramas que se “distingam pela sua notabilidade”? A valoração do conceito de “registo notável” varia fortemente em função das representações sócio-culturais das elites urbanas e dos membros das comunidades tradicionais. O critério de uma relevância a priori assevera-se um não critério, na medida em que deixa ao arbítrio dos intelectuais letrados dos órgãos da administração central a legitimidade para proclamar o que possa ser a relevância, ao mesmo tempo que instaura como critério dominante o predomínio da cultura urbana sobre as subculturas, contra-culturas e culturas orais, tradicionais e periféricas.

No conspecto da legislação portuguesa que dispõe sobre fontes sonoras refira-se ainda a Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, que plasmou os procedimentos para a inventariação do património cultural imaterial. O formulário-tipo, respaldado nas recomendações UNESCO¹², abrange manifestações sonoras com cariz de espectáculo e divertimento, manifestações musicais e manifestações etnográficas, sem precisar se o Ministério da Cultura apostará na institucionalização de um arquivo sonoro destinado a custodiar os registos que possam vir a ser efectuados e entregues a título de suporte de projectos de classificação.

2. Alguns arquivos sonoros existentes em Portugal

Importa deixar informe de alguns arquivos sonoros existentes em Portugal, que pela sua natureza e diversidade devem ser considerados em qualquer arquitectura que se venha a estabelecer para um arquivo público português de sons.

- **Arquivos Sonoros Portugueses**, projecto de recolha, divulgação e salvaguarda da música tradicional portuguesa provincial ideado pelo etnólogo Michel Giacometti (1929-1990) em Dezembro de 1960. Contou com a colaboração do músico Fernando Lopes Graça (1906-1994) e conseguiu editar 24 discos de vinil entre 1960-1983. Em 22.11.2010 a TradiSom, de parceria com o jornal *Público*, iniciou a reedição em 12 volumes da *Filmografia completa de Michel Giacometti*, que inclui a recuperação da série televisiva *Povo que Canta*, exibida na RTP entre 1970-1974. Integra canções de

em viagem entre Cabo Verde e Portugal [Em linha]. [Consult. 20.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.prio.no/private/jorgen/cvmd/papers/CVMD_Cidra_Rui.pdf>.

¹² *Convention pour la sauvegard du patrimoine culturel immatériel* [Em linha]. Paris: UNESCO, le 17 octobre 2003. [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132504f.pdf>>. Convenção ratificada por Portugal a 26 de Março de 2008.

trabalho, cantigas de infância, cânticos de Natal, música associada a teatro popular, ritos fúnebres, festividades marianas e do Espírito Santo e execução de instrumentos musicais. Adquirida pela Câmara Municipal de Cascais, a colecção sonora Giacometti tem sido alvo de reedições e encontra-se sob custódia do Museu da Música de Cascais.

- **Registo Fonográfico dos Açores**, projecto desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores, alojado no Centro do Conhecimento dos Açores. Na sua primeira fase, o arquivo sonoro dos Açores estruturou-se com base no Acervo do Rádio Clube de Angra do Heroísmo, Acervo do Clube Asas do Atlântico e Colecção José Noronha Bretão. Espólio inventariado, remasterizado e disponibilizado para consulta presencial nos pontos de acesso da Direcção Regional da Cultural, disponibiliza inventários em linha e amostras de audições. A Colecção Bretão inclui registos efectuados ao longo de três décadas sobre manifestações da cultura popular da Ilha Terceira como danças de Entrudo e comédias de amadores. O *Registo Fonográfico dos Açores. Espólio Clube Asas do Atlântico*. DRAC-CCA, acessível no endereço <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/audio/Listagem%20do%20Espolio%20-%20CCA>, é um inventário de registos de fado, folclore açoriano, orfeãos, tunas, bandas filarmónicas, teatro radiofónico, programas, discursos, declamações, publicidade e espectáculos ao vivo. O *Registo Fonográfico dos Açores. Espólio Rádio Clube de Angra*. DRAC-CCA, disponível em <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/audio/Listagem%20do%20Espolio%20-%20RCA.pdf>, procede à inventariação de mais de meio século de canções, congressos, entrevistas, fados, folclore açoriano, corais, tunas, bandas filarmónicas, teatro, palestras, poesia, desporto, noticiários, discursos e actos eleitorais.
- **Arquivo da Rádio Difusão Portuguesa**. O Arquivo Histórico da Emissora Nacional/RDP foi criado em 1971. Integra variados registos de música e programas radiofónicos, remontando os mais antigos a 1937. Por força do disposto no Decreto-Lei n.º 674-C/75, de 2 de Dezembro, o arquivo central passou a integrar o acervo remanescente da Emissora Nacional, do Rádio Clube Português e dos Emissores Associados de Lisboa. Em 2003 a RDP (e as suas estações filiais) foi fundida com a RTP na holding Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA¹³. O Arquivo RDP funciona no edifício sede da holding, na Rua Marechal Gomes da Costa, n.º 37, Lisboa, integrado na Direcção de Serviços da Rádio Televisão. As delegações regionais de Faro, Porto, Madeira e Açores continuam a custodiar os respectivos acervos sonoros, com excepção de Coimbra que remeteu a discografia vinil à Fonoteca Municipal de Coimbra. Integram este arquivo as campanhas de registo de música regional levadas a cabo por Armando Leça em 1939-1940.
- **Arquivo Sonoro do Museu Académico de Coimbra**. Fundada em 1951, esta instituição começou a receber ainda na década de 1950 fonogramas de 78 rpm, instrumentos

¹³ Para um maior aprofundamento deste assunto, sigam-se JORDÃO, Ana Cristina Rosário – *Som, imagem, audiência e arquivo. A RDP África como case study*. [Em linha]. Lisboa: ISCTE/IUL, 2009. Tese de mestrado. [Consult. 10.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <<http://repositorio.iul.iscte.pt/bitstream/10071/1893/DISSERTA%C3%87%C3%830.pdf>>.>

musicais ligados à prática da Canção de Coimbra nos séculos XIX e XX e partituras de música impressa. Viria a ser substancialmente alargado na década de 1990 graças às ofertas de familiares de antigos estudantes e dos próprios cultores: séries Odeon de António Menano, colecção do cantor António Batoque, colecção do Juiz Conselheiro Perestrela Botelho, colecção do estudante radicado no Brasil Divaldo Gaspar de Freitas. Entre os artistas amadores mais representados dos anos áureos do 78 rpm contam-se António Menano, Edmundo Bettencourt, Artur Paredes, Artur de Almeida d'Eça, António Batoque e Lucas Junot. O Museu Académico de Coimbra elaborou na década de 1990 um inventário manuscrito do acervo sonoro existente.

- **Arquivo de José Alberto Sardinha**, jurista, recolector, estudioso e difusor de manifestações da música tradicional portuguesa em processo de desaparecimento. Detentor de um dos mais vastos e completos arquivos particulares com reproduções de fontes gravadas e recolhidas de campo em todas as regiões de Portugal continental e insular. Tem vindo a divulgar parte do acervo, primeiro em Lps, depois em cds de apoio a monografias impressas, cumprindo destacar pelo seu alcance cultural: *Portugal. Raízes Musicais*. Porto: Jornal de Notícias, 1996-1997, com 6 cds anexos; *Tradições Musicais da Estremadura*. Vila Verde: Tradisom, 2000, com 3 cds de apoio; *A Viola Campaniça. O outro Alentejo*. Vila Verde: Tradisom, 2001, com 2 cds; *Tunas do Marão*. Vila Verde: Tradisom, 2005, com 4 cds; *A origem do Fado*. Vila Verde: Tradisom, 2010, com 4 cds.
- **Arquivos Sonoros de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira (1960/1963)**. Integra 446 registos de campo efectuados com gravador de bobines em Portugal continental, Madeira e Açores, para suporte do levantamento geral dos instrumentos musicais tradicionais portugueses¹⁴. Pertence ao acervo do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa. Tratado por Domingos Morais em 2000-2001, foi digitalizado e encontra-se acessível no sítio WWW: <URL: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/arqervo/arqetnoevo.html>>. O inventário de registos sonoros vem ali designado por “catálogo geral”.

3. Fonotecas/discotecas

Nas décadas de 1980-1990 experimentaram-se em Portugal novos conceitos de gestão de bibliotecas. Iniciativas referenciais no âmbito dos serviços culturais prestados às populações, as fonotecas municipais afirmaram-se como espaços acolhedores que exibem compact discs e dvds em expositores, possibilitam a audição de matrizes sonoras e proporcionam momentos de lazer.

Atente-se na Fonoteca Municipal de Coimbra (FMC), localizada na Casa da Cultura, que tem vindo a promover uma política de exposições, aquisição de espólios e reprodução de fontes sonoras antigas mediante acordo com colecionadores. Em 2003, a FMC recebeu o acervo discográfico vinil do antigo Emissor Regional de Coimbra/

¹⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Instrumentos musicais populares portugueses*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Museu Nacional de Etnologia, 2000 (1.ª ed., 1964; 2.ª ed., 1982).

RDP-Centro, constituído por cerca de 22.000 discos. Em 2010, a FMC funcionava como valência integrada da Biblioteca Municipal de Coimbra, disponibilizando o Acervo do Emissor Regional de Coimbra/RDP-Centro, e perto de 62.000 cds e dvds distribuídos por Músicas Tradicionais, World Music, Jazz e Blues, Rock, Música Clássica, Música Contemporânea, Músicas Funcionais, fonogramas não musicais e fonogramas para crianças. Os chamados “géneros”, são catalogados segundo critérios biblioteconómicos, arrumados em expositores por grandes “áreas”, e nestas alfabeticamente por intérpretes e compositores¹⁵.

O designativo escolhido para identificar esta nova realidade portuguesa foi o vocábulo fonoteca. A palavra não será a mais feliz, pois remete grosso modo para a ideia de biblioteca de sons ou para a atmosfera mercantil de colecção de fonogramas produzidos por uma determinada editora licenciada para fins de exploração de uma marca. Excluída ficou a palavra discoteca. Em Portugal, discoteca não significava propriamente “biblioteca de discos”. Numa primeira e mais antiga designação, discoteca usou-se para identificar as casas de comércio estabelecidas nas vilas e cidades onde se vendiam e compravam discos portugueses e importados, cassetes, leitores de rádio e aparelhagens sonoras.

Fonoteca começou por ter um uso muito restrito no âmbito da emergência e consolidação das grandes estações públicas de radiodifusão que se afirmaram nos cenários nacionais e internacionais na década de 1930. No caso da Emissora Nacional e das suas filiais, a fonoteca era o depósito físico onde estavam arrumadas e prontas para utilização as colecções de discos de 78 rpm, as bobines de fita e diversos materiais virgens e em uso.

A principal vulnerabilidade das fonotecas radica na confusão identitária subjacente à sua natureza e missão. Arquivos sonoros ou bibliotecas sonoras que reproduzem os procedimentos consagrados internacionalmente no âmbito da biblioteconomia? Uma visita aos espaços públicos existentes em Portugal, leva-nos a concluir que os técnicos afectos às fonotecas aplicaram a estes novos serviços, por analogia, as práticas e procedimentos profissionais específicos da área de biblioteca¹⁶.

É o que parece colher-se da divisão intelectual artificiosa das matérias gravadas e expostas aos utentes e da classificação das unidades de instalação com recurso às normas portuguesas de catalogação. Com efeito, o esforço de normalização de procedimentos conduziu a uma generalização acrítica das Regras Portuguesas de Catalogação àquilo a que na linguagem dos técnicos de biblioteca se identifica por “material não livro”,

¹⁵ Informações prestadas em 8.11.2010 pela técnica Cláudia Lemos.

¹⁶ Práticas criticadas por SILVA, Armando Malheiro da [et. al] – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. 2.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 122, p. 146, p. 187. Confirmando a aplicação por analogia da prática biblioteconómica e comercial-industrial às fonotecas, veja, para a situação espanhola, *La Fonoteca. Los audiovisuales en la biblioteca*. [Em linha] p. 1-5. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://web.usal.es/~alar/bibweb/Temario/Fonoteca.PDF>>. Exemplificando as práticas francesas e o reconhecimento das limitações destes instrumentos, WIT, Maria – *Cataloguing cd-roms using the ISBD(ER) rules. Examples of a french public library. Médiathèque de la Cité des Sciences et de l'industrie à Paris* [Em linha]. 64th IFLA general conference. August 16-August 21, 1998. [Consult. 16.11.2010]. Disponível WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/IV/ifla64/136-74e.htm>>.

designação imprecisa onde podem caber bens como partituras impressas, cartazes, postais, calendários, discografia, compact disc, dvds, cassetes de vídeo e jogos didáticos.

A operação de catalogação tem vindo a fazer-se com base nas recomendações da ISBD-PM (*International Standard Bibliographic Description for non Book Material*: 1977)¹⁷, e da *International Standard Bibliography Description for Printed Music* (1980), combinadas com o código UNIMARC¹⁸.

Permita-se-nos discordar do critério generalizado de catalogação de objectos sonoros. Cilindros, discos, cassetes, compact discs e discos-livros não são livros tout court. Como tal, o trabalho de descrição, classificação e cotagem deve seguir as regras já acreditadas pela arquivística, com as devidas adaptações.

No que respeita a boas práticas em arquivos sonoros, haverá lugar a guias de fundos, inventários gerais de colecções e inventários específicos. Os catálogos de discos são linguagem usual nas práticas biblioteconómicas, nas editoras e nas casas de comercialização de fonogramas.

Por muito úteis que possam ser para os investigadores, os catálogos fonográficos editados entre cerca 1890-1930 não são inventários de registos fonográficos em sentido arquivístico. Também não consideramos transponível para a esfera dos arquivos sonoros o “catálogo” usado como instrumento arquivístico a que se refere a lição de Antónia Herrera¹⁹.

A historiadora dos arquivos públicos portugueses, Fernanda Ribeiro, criticou severamente as práticas de biblioteconomia que foram abusivamente aplicadas para identificar documentos soltos, ensinadas nos cursos de especialização até à década de 1970²⁰.

Determinante na reprodução acrítica das práticas catalográficas na Europa e na América foi a posição de predomínio exercida pelos bibliotecários e arquivistas franceses junto da UNESCO. A posição hegemónica de que gozaram no após Segunda Guerra

¹⁷ Contextualização em ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva – *Catalogação de documentos musicais escritos. Uma abordagem à luz da evolução normativa*. Évora: Universidade de Évora, 2005. Tese de mestrado em Ciências Documentais. p. 5-17 ; ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva; SEQUEIRA, Sílvia – *A ISBD (PM)*. [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://purl.pt/6393/1/comunicacoes/isbd-pm.pdf>>.

¹⁸ Informação mais detalhada sobre esta matéria em GASPAR, Maria da Anunciação Ferreira Coutinho – *Catalogação manual e informatizada. As ISBDs e o formato UNIMARC*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003. Tese de pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação. p. 10-11. [Em linha]. [Consult. 5.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://cerem.ufp.pt/~nribeiro/aulas/tid/TID_maria_coutinho.pdf>.

¹⁹ HERRERA, Antonia Heredia – *Archivística general. Teoria y practica*. 3.ª ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Deputación de Sevilla, 1988. p. 235, p. 247, p. 271. 1.ª edição desta obra feita em 1986. Replicando e aprofundando esta autora, ALBUQUERQUE, Ana Cristina de – *Catalogação e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos. Uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(G)*. [Em linha]. Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006. p. 64-79 e 150-158 [Consult. 14.2.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>.

²⁰ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – *O acesso à informação nos arquivos* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998. Dissertação de doutoramento. p. 610. [Consult. 25.8.2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigio1571.PDF>>.

Mundial na elaboração e difusão de instrumentos uniformizadores e normalizadores impôs a catalogação nos arquivos sonoros como algo de “natural” e “normal” nos meandros do sistema cultural ocidental. O documento matricial remete-nos para LASZLO, Lajtha (prefácio) - *Archives de la musique enregistrée. Collection Phonothèque Nacional (Paris). Catalogue des Arts et Traditions Populaires. Série C. Musique Ethnographique et Folklorique*. Paris: UNESCO, 1952.

As práticas escalpelizadas continuam mais próximas do que seria desejável da forma de arrumação dos objectos fono-sonoros disponíveis para consumo nos grandes hipermercados e superfícies comerciais: segmentação em “grandes géneros musicais” produzidos em função de estudos de mercado vocacionados para a auscultação e satisfação dos gostos dos consumidores, imposição de gostos exóticos como géneros musicais não legitimados pelos estudos musicológicos e etno-musicológicos, confusão entre música de fábrica local e produtos comerciais urbanos de fusão de sonoridades.

Grande parte dos chamados “géneros” musicais exibidos nos escaparates das superfícies comerciais é pura ficção. O artificialismo a que nos referimos encontra-se generalizado nas fonotecas municipais francesas, suíças e brasileiras. No caso específico das duas bibliotecas municipais em funcionamento na cidade de Genebra no ano de 2010, os cerca de 70.000 registos sonoros existentes são enquadrados nas seguintes macro-classificações temáticas: 1) Musique Classique, Ancienne, Baroque et Contemporaine; 2) Pop Rock, Hip-Hop, Soul, Disco, Musiques Electroniques; 3) Jazz, Blues, Gospel; 4) Chanson Francophone; 5) Musiques du Monde; 6) Musique de Films; 7) Musique d’ambiance, bruitsages; 8) Musique por enfants²¹.

4. Em busca de um arquivo sonoro

A questão da necessidade de um arquivo sonoro público foi incluída no “Programa do XVII Governo Constitucional. Capítulo II: Novas Políticas Sociais, II – Valorizar a Cultura”, página 8, documento estratégico datado de 24 de Março de 2005²².

No ponto relativo ao esclarecimento da regulamentação e missão de cada serviço do Ministério da Cultura, previa-se a revisão urgente do regime de depósito legal, e a atenção reforçada “à preservação e valorização do património fonográfico”, prevendo-se ainda a criação de uma estrutura arquivística especializada.

Ciente da lacuna apontada, em 2005 o Ministério da Cultura designou uma comissão de trabalho para o “Estudo do Arquivo Nacional do Som”, de que fizeram parte Salwa Castelo-Branco (Presidente), Joaquim Pais de Brito, José Manuel Nunes, António Tilly dos Santos e António Paulo Rato²³.

²¹ Informação colhida em Bibliothèques Municipales de la Ville de Genève [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ville-ge-ch/bm/fr/savoires/cd_musique.php>.

²² *Governo de Portugal (2005-2009)*. [Em linha]. [Consult. 24.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/Programa_p008.aspx>.

²³ CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan – “Arquivos sonoros e audiovisuais no século XXI”. In: *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009.

Salwa Castelo-Branco, da FCSH/UNL, em comunicação aos encontros sobre património imaterial português colocaria em destaque o problema da inexistência de um arquivo sonoro público, as dificuldades que esta lacuna traz aos investigadores e evidenciou o estado de dispersão dos acervos sonoros entre entidades públicas e detentores privados.

A autora citada e a equipa de trabalho orientaram-se no sentido da criação de um arquivo custodial central, a designar por Arquivo Fonográfico Nacional, que funcionaria como um departamento do Museu da Música e do Som. Para responder à missão proposta, considerou-se que o Museu da Música, instalado na Estação do Metropolitano de Lisboa, teria de transitar para um edifício a construir de raiz.

A coordenação do projecto ficaria a cargo do Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa que apostava na criação de uma rede integrada de entidades detentoras públicas e privadas como universidades, museus, bibliotecas, rádios, coleccionadores e em especial na colecção fonográfica de discos de 76 e 78 rpm do britânico Bruce Bastin²⁴.

Os objectivos preconizados pela equipa liderada por Salwa Castelo-Branco puseram a nu as lacunas das políticas culturais do Estado português, denunciaram o estado de dispersão dos acervos fonográficos e as enormes dificuldades de acesso à informação em matéria de fontes sonoras.

A ausência de estudos de referência em Portugal sobre arquivos sonoros parece ter conduzido a equipa de projecto a uma reprodução/naturalização dos paradigmas estruturantes dos arquivos custodiais centrais da idade clássica, tomando-se substitutivamente as práticas da arquivística técnica pelo saber reflectido sobre a natureza dos arquivos sonoros.

É o que traduz o plano funcional gizado: 1) recolha de “fundos”, inventariação e restauro de tecnologias de leitura; 2) “arquivo”, ou seja, produção de instrumentos

p. 193. Em 2005, a mesma investigadora promoveu no Instituto de Etnomusicologia da FCSH/UNL um projecto sobre o “Património Sonoro Português” ancorado numa prospecção de registos sonoros de colecções particulares, Museu Nacional do Teatro, Museu da Rádio/RDP e Arquivo Histórico da RDP. Informação disponível em WWW: <URL: <http://www2.fcsh.unl.inet.pt/projectos/patrimoniasonorportugues.pagina.html>>. Os levantamentos efectuados deram origem a uma “Base de Dados de Fonogramas Históricos” em discos de 78 rpm, de “Fado e outros géneros de música popular” [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fcsh.unl.pt/fonogramas>>. Comparativamente, para um inventário mais completo, vide *Base de dados contendo informações sobre o acervo musical brasileiro, em discos de 78 rpm, gravados no Brasil no período de 1902 a 1964* [Em linha]. [Consult. 18.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://bases.fundaj.gov.br/cgi-bin/isis3g-b.pl>>.

²⁴ “Museu da Música e do Som pode abrir em 2009”. Diário de Notícias [Em linha]. 23.6.2007. [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=659974>. Bruce Bastin, coleccionador britânico, em 2007 vendeu ao Ministério da Cultura e à Câmara Municipal de Lisboa 5.000 discos que chegaram a Portugal em Janeiro de 2008 e ficaram depositados em Lisboa no Museu do Fado. Notícias de imprensa: “Acordo para a compra da colecção de discos de Bruce Bastin assinado esta semana”. *Público* [Em linha]. 17.12.2007 [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.publico.pt/Cultura/acordo-para-compra-da-colecao-de-discos-de-bruce-bastin-assinado-esta-semana_1314077>; “Colecção de música portuguesa adquirida a Bruce Bastin já está em Portugal”. *Público*, [Em linha]. 16.1.2008. [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.publico.pt/Cultura/colecao-de-musica-portuguesa-adquirida-bruce-bastin-ja-esta-em-Portugal_1316857>.

de normalização e recuperação de informação comuns à arquivística/museologia descritiva de pendor positivista e neo-positivista; 3) preservação e restauro (recurso aos normativos internacionais, nomeadamente IASA); 4) investigação; 5) divulgação; 6) colaboração com entidades e colecionadores²⁵.

Com abertura prevista para 2009, nesse mesmo ano a imprensa noticiou o abandono do projecto²⁶.

Justifica-se, após um século de ausência de políticas públicas de recolhas de fontes sonoras, a criação de um arquivo sonoro em Portugal? A resposta é positiva. Mas já não é assim tão claro se essa infra-estrutura deve replicar na era pós-custodial o modelo centralista e custodial da idade clássica, cuja avaliação global é bastante desencorajadora.

A solução fonoteca como valência de biblioteca é de evitar. A hipótese de um arquivo sonoro como serviço autónomo integrado numa plataforma museológica dedicada à música e aos instrumentos musicais pode fazer sentido. O mesmo acontece quanto à possibilidade de uma gestão integrada arquivo de sons e objectos audiovisuais, fílmicos e multimédia. A necessidade de boa vizinhança com bibliotecas detentoras de dicionários de música, enciclopédias de autores e compositores, gabinete de música manuscrita, partituras impressas, cancioneiros e monografias da especialidade, não suscita controvérsia.

A opção pela nomenclatura “nacional” corresponde a representações culturais ideologizadas que atingiram o auge nos regimes autoritários que dominaram a Europa entre as duas grandes guerras mundiais, posto o que caíram em descrédito.

Se não concordamos com catálogos, nem com a arrogância transgénero dos instrumentos biblioteconómicos, também não consideramos que uma resposta pret-a-porter repouse no *Manual de Descrição de Registos Sonoros e Audíveis* IASA²⁷ ou na *Norma Mexicana de Catalogación de Documentos Fonográficos*²⁸. Desde logo porque os arquivos sonoros de histórias de vidas e recolhas etnomusicológicas colocam desafios que não se dilucidam com regras apriorísticas. O mesmo acontece com os conceitos ainda mal apreendidos de “paisagens sonoras” e de “arquivo participado pela comunidade”.

À luz do conceito de arquivo aberto, deixa de fazer sentido que sejam apenas os intelectuais urbanos a dizer o que é e como se deve organizar um arquivo público sonoro. De acordo com a lição de Hugues de Varine, as comunidades locais, através

²⁵ CASTELO-BRANCO, Salwa – *op. cit.*, p. 190.

²⁶ *Dia dos Museus. Museu da Música e Arquivo do Som não irá avante*. Diário de Notícias [Em linha]. 14.5.2009. [Consult. 11.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1232414>.

²⁷ Cf. MILANO, Mary (dir.) – *IASA cataloguing rules. A manual for the description of sound and related audiovisual media*. [Em linha]. Stockolm; Baden: Association for Recorded Sound Collections, 1999. [Consult. 25.8.2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.imaginar.org/dppd/DPPD/105%20jp%IASA.pdf>>.

²⁸ *Norma Mexicana. NMX-R-002-SCFI-2009. Documentos Fonográficos. Lineamientos para su catalogación*. [Em linha]. Estados Unidos Mexicanos: Secretaría de Economía, 2009. [Consult. 2.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://200.77.231.100/work/normas/nmx/2010/nmx-r-002-sfi-2009.pdf>>.

de iniciativas individuais e de movimentos cívicos têm uma palavra a dizer no que respeita aos eco-arquivos, aos ecomuseus²⁹, à recolha e preservação dos corpora orais linguísticos e fonéticos, bem como à definição das fronteiras do património sonoro que possa contribuir para a construção ou revivificação das paisagens eco-sonoras.

Corridos 60 anos de apostolado em prol da arquivística custodial, com esmagador predomínio das práticas de armazém e produção de manuais bilingues de uniformização e normalização de procedimentos, falta agora saber como é que a UNESCO conciliará o receituário novecentista com os aparentemente contraditórios princípios da *Convenção sobre a promoção e protecção da diversidade das expressões culturais* (2005).

5. Fontes

- BAUDE, Olivier [et al.] – *Guide de bonnes pratiques pour la constitution, l'exploitation, la conservation et la diffusion des corpus oraux* [Em linha]. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 2005. Disponível em WWW: <URL: http://www.culture.gouv.fr/culture/dglf/Guide_Corpus_Oraux_2005.pdf>.
- BONNEMASON, Bénédicte [et al.] – *Guía de análisis documental del sonido inédito. Para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: Archivo General de la Nación de Colombia, 2007. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.
- BOSTON, George [et al.] – *Sauvegard du patrimoine sonore. Éthique, principes et stratégies de conservation. Version 3* [Em linha]. Décembre 2005. IASA-TC03. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03-French.pdf>>. (1.ª edição de 1997; 2.ª edição de 2001).
- BUARQUE, Marco Dreer – “Estratégias de preservação a longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais”. In *Encontro Nacional de História Oral* [Em linha]. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em WWW: <URL: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1718.pdf>.
- BUARQUE, Marco Dreer – “Documentos sonoros. Características e estratégias de preservação”. *Ponto de Acesso* [Em linha]. Vol. 2, N.º 2 (Ag/Set 2008) p. 37-50. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3021/2167>>.
- CALAS, Marie-France; FONTAINE, Jean-Marc – *La conservation des documents sonores*. Paris: CNRS/Ministère de la Culture, 1996.
- CASEY, Mike; GORDON, Bruce – *Sound directions best practices for audio preservation* [Em linha]. 2007. Disponível em WWW: <URL: http://www.dib.indiana.edu/projects/sounddirections/papersPresent/sd_bp_07.pdf>.
- Cylinder preservation and digitalization project* [Em linha]. University of California: Department of Special Collections. Disponível em WWW: <URL: <http://cylinders.library.ucsb.edu/browse.php>>.
- CATAÑEDA, Gerardo-Ojeda – *Los archivos audiovisuales en las redes digitales de comunicación para la educación y la cultura. Informe de investigación y documentación analítica* [Em linha]. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia. Disponível em WWW: <URL: <http://tecnologiaedu.us.es/bibliovir/pdf/versionpdf.pdf>>.

²⁹ VARINE, Huges – *Les racines du futur. Le patrimoine au service du développement local*. Chalon sur Saône, 2002.

- COELHO, Francisco Carlos; PICCINO, Evaldo – *Arquivo sonoro e acesso à música popular no Brasil. Um estudo de caso do Projecto Preservação e Digitalização do Acervo da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural de São Paulo* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.uc.cl/historia/iaspm/rio/Anais2004%20\(PDF\)FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf](http://www.uc.cl/historia/iaspm/rio/Anais2004%20(PDF)FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf)>.
- EDMONDSON, Ray – *Filosofia y principios de los archivos audiovisuales*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em WWW: <URL: http://infolac.ucol.mx/mow/biblioteca/audio_visual_archiving_esp.pdf>.
- Essencial resources for audio preservation* [Em linha]. 2009. Disponível em WWW: <URL: http://www.arsc-audio.org/pdf/ARSCTC_resource.pdf>.
- FONTAINE, Jean-Marc – *Conservation des documents sonores et audiovisuels* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.culture.gouv.fr/culture/conservation/fr/preservation/documents/c10.pdf>>.
- Guia de análisis documental del sonido inédito para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: 2007. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.
- LAURENT, Gilles – *Guarda e manuseio de materiais de registo sonoro* [Em linha]. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em WWW: <URL: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_43_1253284119.pdf>.
- MENDONÇA, Tânia (coord.) – *Acervo fonográfico. Catálogo de títulos. Coleção Rádio Brasil Central* [Em linha]. Goiás: Museu da Imagem e do Som, 2009. Vol. 1. Disponível em WWW: <URL: http://www.mis.gov.br/mis/catalogo/cat_fono.pdf>.
- MILANO, Mary (dir.) – *IASA cataloguing rules. A manual for the description of sound and related audiovisual media* [Em linha]. Stockolm; Baden: Association for Recorded Sound Collections, 1999. Disponível em WWW: <URL: <http://www.imaginar.org/dppd/DPPD/105%20jp%IASA.pdf>>.
- Proyecto de Norma Mexicana. PROY-NMX-R-002-SCFI-2009. Catalogación de documentos fonográficos* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.economia.glob.mx/work/normas/nmx/2009/proy-nmx-r-002-scfi-2009.pdf>>.
- RIBAUD, Vincent – *La restauration des archives sonores. Mémoire de fin d'études* [Em linha]. École Normal Supérieur Louis Lumière, Mai/2009. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ens-louis-lumiere.fr/fileadmin/pdf/memoires09/smem09ribaud.pdf>>.
- ROJAS, Cecília – *Manual de procedimiento para la catalogación de documentos patrimoniales históricos y etnográficos* [Em linha]. Universidad Católica de Valparaíso, 2010. Disponível em WWW: <URL: http://margotloyola.ucv/wp-content/uploads/2010/03/Manual_de_catalogacion_de_documentos_historicos_y_etnograficos.pdf>.
- ROYAN, Bruce – *Directrices para materiales audiovisuales y multimedia en bibliotecas y otras instituciones* [Em linha]. IFLA, 2004. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/VII/S35/pubs/avm-guidelines04-s.pdf>>.
- SAUDAN, Yasmin – *Mise en place d'un systeme de gestion des archives sonores* [Em linha]. Mémoires d'ICI. Centre de Recherches et de Documentation du Jura Bernois. Genève: Haute École de Gestion de Genève, le 10 Juillet 2009. Disponível em WWW: <URL: http://www.m-ici.ch/ftp/pdf/1256563652saudan_yasmin_tb2009.pdf>.
- SCARABUCI, Marcelo, e KAFURE, Ivette – “Diretrizes para digitalizar e conservar suportes de som”. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. Vol. 14, N.º 3 (Set/Dez 2009) p. 140-152. Disponível em WWW: <URL: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/777/639>>.
- Synthèse des normes applicables à la conservation et à la manipulation des enregistrements sonores et vidéo* [Em linha]. Québec: Conférence des recteurs ete des principaux des universités du Québec, Setembro 2001. Disponível em WWW: <URL: http://www.crepuq.qc.ca/documents/bib/sonore/sono_video.pdf>.